

GUERRA DAS ILHAS FALKLANDS (MALVINAS): Uma disputa permanente?

*A defesa de um Estado é o mais importante dos seus problemas.
E nesse problema, dos dois elementos que ele envolve, o mais
imperioso é a defesa marítima. [...], esquadras de guerra
não se evocam de improviso, nem se atamancam entre apuros
com invenções engenhosas de momento.*

Ruy Barbosa (1896)

MARCELO BARBOSA DE ANDRADE*
Capitão-Tenente (AA)

SUMÁRIO

Introdução
Da descoberta à retomada
A Argentina
O Reino Unido
Outros atores
Algumas opiniões sobre o tema
Possíveis soluções
Conclusão

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito examinar os recentes desdobramentos da guerra que ocorreu em 1982 tendo como cenário a disputa das Ilhas Falklands (Malvinas)¹, para apurar qual é o atual fator motivador da Argentina na busca por um resultado a seu favor pela posse

dessas ilhas e responder se, para Buenos Aires, a disputa por essas ilhas é um caso de recuperação de território e do orgulho nacional ou, além desses motivos, há outros interesses envolvidos.

As questões que abarcam disputas territoriais quase sempre foram motivo de contenda entre nações. Palacios (2018) cita, por exemplo, que na América do Sul

* Graduado em História pela Universidade Estácio de Sá e pós-graduado em Relações Internacionais – Geopolítica e Defesa pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Designação oficial utilizada (ONU, 2021).

ainda há disputas sem uma solução em vista, como é o caso de Guiana e Venezuela pela posse da área conhecida como Esequibo, que venezuelanos alegam ser parte de seu território desde a colonização espanhola. Outro caso é a disputa entre Bolívia e Chile pelo território que dava acesso ao mar aos bolivianos, perdido para os chilenos após a Guerra do Pacífico e reivindicado pela Bolívia.

O caso da disputa pelas Ilhas Falklands (Malvinas), por britânicos e argentinos, remonta ao início do século XIX (1833), pouco depois da independência da Argentina. Por várias vezes foram acaloradas as discussões entre os dois países, chegando efetivamente a uma guerra em 1982 (ERLICH, 2021). A partir daí, o Estado portenho buscou pelo uso da diplomacia (talvez por não ser capaz – militarmente e economicamente – de uma nova investida armada contra os britânicos) para uma solução favorável ao seu pleito, e, às vésperas de o término da hostilidade beligerante completar 40 anos, a discussão ainda é tão recorrente que é possível observar a publicação de notícias sobre o tema nas mídias jornalísticas.

Antes do episódio de 1982, a Argentina se encontrava em um regime militar – governada pelo General Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli – e passava por forte crise econômica, o que agravava os sentimentos antigovernistas (PIRES, 2009). Considerando a articulação entre estrutura e conjuntura, pode-se afirmar que Clausewitz (2017) elenca como sendo elementos da guerra o governo, o povo e as Forças Armadas. A enfraquecida administração do Governo Galtieri parece ter conhecido bem essa tríade e a utilizou para dar legitimidade às suas ações: o governo criou um inimigo, estimulou

o povo ao desejo pela guerra e fez com que as Forças Armadas colocassem em prática o plano gerado por este mesmo governo: a invasão às Ilhas Falklands (Malvinas). Quanto ao Reino Unido, o governo da Primeira-Ministra Margaret Hilda Thatcher, que ascendeu ao poder devido à instabilidade socioeconômica britânica, não estava obtendo sucesso nas medidas para contornar essa séria crise em seu país e, por isso, também estava perdendo popularidade (MAIA, 2018). A guerra foi providencial para a primeira-ministra.

O perfil da geopolítica da década de 1980 era de um mundo bipolar, em que os principais atores, Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), buscavam manter ou ampliar as suas áreas de influência. Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, houve a dissolução da União Soviética e a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica. Hoje, há diminuição do poder e do prestígio estadunidense, caminhando-se para um mundo cada vez mais propenso ao multilateralismo e com a China surgindo como uma nova potência mundial.

As disputas veladas no Cone Sul, agora envolvendo uma nova configuração – EUA x China –, observam atentamente o novo governo populista de esquerda argentino, capitaneado pelo Presidente Alberto Ángel Fernández², que usa, entre outros artifícios, do opróbrio argentino para continuar as tentativas pela posse do território em questão (EL PAÍS, 2020). Essa disputa perene, agora também sob a influência dos interesses chineses, tem tornado importante a proposta de retomada da discussão de como se dará a influência dessa potência econômica na geopolítica sul-americana.

2 N.R.: Artigo escrito em 2021, quando Alberto Ángel Fernandez ainda era o presidente da Argentina.

Para atender ao objetivo geral, são abordados como objetivos específicos: analisar os principais fatores que deram início à disputa; apresentar o posicionamento dos principais atores envolvidos; analisar a recente aproximação chinesa à Argentina como fator preponderante para uma nova tentativa de retomada dessas ilhas; e discutir as possíveis soluções em torno da disputa.

A pesquisa se desenvolveu com o uso de bibliografias diversas, como livros e artigos acadêmicos, e consulta a fontes primárias, como notícias referentes ao tema e entrevistas, bem como o uso do serviço de sistema de inteligência artificial do Google, que realiza buscas com palavras-chave previamente cadastradas e encaminha os resultados por *e-mail*, chamado Google Alerts. No período de 18 de dezembro de 2020 a 18 de setembro de 2021 foram recebidos 414 *e-mails* de alerta, contendo em média quatro *links* de acesso a publicações – mencionando os nomes “Falklands” e/ou “Malvinas” –, ultrapassando mais de mil notícias sobre o tema naquela fração de tempo.

O artigo – que visa contribuir para a retomada do debate acerca da geopolítica na América do Sul, mormente do entorno estratégico brasileiro –, no tocante aos interesses argentinos diante dos interesses regionais, prossegue, após a introdução, com um breve histórico das ilhas até a guerra de 1982; apresenta perspectivas da Argentina e do Reino Unido; demonstra a participação de outros atores na contenda e a percepção de algumas personalidades sobre o tema; sugere possíveis soluções e apresenta a conclusão.

DA DESCOBERTA À RETOMADA

As Ilhas Falklands (Malvinas), desde a sua imprecisa data de descoberta e a incerteza de quem foi o primeiro povo a aportá-las, possuem um histórico de alternância de posse. Das hipóteses e para a compreensão de um possível direito de posse a ser defendido pelos dois países em questão – Argentina e Reino Unido –, Valério e Hentz (2013) narram, inicialmente, a possibilidade de que foram os espanhóis, em 1520, ou, talvez, os ingleses, em 1592, os descobridores do arquipélago. Em seguida, apresentam uma cronologia de desembarques bem similar à de outros autores: em 1690, o inglês John

Strong atracou nessas ilhas, batizando-as de Falklands; em 1764, foi a vez do Louis Antoine de Bougainville, que fundou uma base no lado oriental; em 1765, outro inglês, John Byron, consti-

tuiu uma base no lado ocidental; em 1766, os franceses venderam sua parte da ilha aos espanhóis, ficando o capitão-geral de Buenos Aires responsável pelo Puerto de La Soledad; em 1774, o Reino Unido abandonou a sua parte, mas deixou uma espécie de placa sinalizando a sua posse; em 1811, os espanhóis também abandonaram as ilhas; em 1820, após a independência da Argentina, este país, tomando-se como herdeiro dos espanhóis, decidiu fundar uma colônia nas ilhas; em 1833, os britânicos expulsaram os argentinos e tomaram posse das ilhas; e, em 1982, a Argentina enviou suas tropas para lá, tentando uma retomada. Assim teve início a Guerra das Ilhas Falklands (Malvinas).

A Argentina, a partir da dominação britânica sobre as Falklands, nunca deixou de reclamar o seu direito de posse

Faz-se importante frisar, segundo Erlich (2021), que a Argentina, a partir da dominação britânica sobre as ilhas, nunca deixou de reclamar o seu direito de posse. Ele considera, ainda, que a ação do Reino Unido se caracterizou como sendo parte da sua política imperialista. A iniciativa da Argentina de retomada das Ilhas Falklands (Malvinas) foi, entre outros fatores, uma tentativa baseada no pensamento de que a reconquista dessas ilhas congregaria a população ao patriotismo e a favor do governo, o que se realizou, mesmo que por pouco tempo (BRITANNICA, 2021). Mas, de acordo com Duarte (2021), os argentinos cometeram graves erros de planejamento e negligenciaram, não levando em conta o precário estado do seu material bélico, a baixa condição de operacionalidade dos meios navais e o despreparo para engajar o inimigo em operações conjuntas entre as Forças Aeronavais e a Força Aérea. Vidigal (2002) adiciona a essa realidade o fato de que os argentinos apostaram na possibilidade de que os soviéticos fariam oposição aos britânicos na Organização das Nações Unidas (ONU) e na condição de neutralidade dos Estados Unidos a respeito de um conflito contra o seu maior aliado.

Segundo Lopes (2012), “os almirantes argentinos confiavam tanto nas negociações diplomáticas que se seguiram à ocupação, que nem sequer se preocuparam em organizar planos defensivos, indispensáveis à manutenção do território conquistado”, o que redundou num total fracasso. Após o conflito, foi determinado pelo novo governo argentino que o General Beijamin Rattenbach realizasse um levantamento dos motivos da derrota nessa guerra, que, mais tarde, ficaria conhecido como Informe Rattenbach (COGGIOLA, 2014). Nesse documento, no capítulo “Las lecciones del conflicto – Introducción”, mormente na seção “Debilidades de las

FF. AA. em el Conflicto”, são mencionados os desacertos dos militares argentinos, tais como: ausência de submarinos com capacidade de resposta às ameaças; carência de capacidade logística; ausência de uma indústria nacional de defesa e de acordos para aquisição de material bélico com variados países; e deficiente nível de adestramento das Forças Armadas (INFORME CAERCAS, 1982).

Algo também apresentado nesse relatório foi a preocupação com a mal resolvida contenda com o Chile, no episódio conhecido como Conflito de Beagle. Por esse motivo, havia nos argentinos a preocupação de ter que se “abrir uma segunda frente de conflito”, uma vez que os chilenos não demonstravam o seu real posicionamento perante o embate entre a Argentina e o Reino Unido pelas Ilhas Falklands (Malvinas).

Outro ponto importante apresentado foi a presença de submarinos nucleares britânicos no conflito. Esse vaso de guerra de grande poder dissuasório fez com que a Armada Argentina permanesse surta no porto ou operando em área costeira, o que reduziu de maneira significativa o poder combatente argentino (DUARTE, 2021). O material militar era obsoleto, com poucas tecnologias, como o míssil francês antinavio Exocet, que estivessem no mesmo patamar que os dos britânicos. Mas, devido ao embargo europeu imposto pelo Reino Unido à Argentina, este país só recebeu parte dos mísseis encomendados à França. Contudo há relatos de que os argentinos tenham recebido auxílio, extraoficialmente, do Brasil, de Israel e da extinta União Soviética (PHILLIPS, 2014).

Já o Reino Unido, militarmente superior e sob o comando da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, buscou recuperar não só a honra ferida por um ataque

descabido argentino, como também o seu importante e estratégico território ultramarino. Para isso, organizou uma força-tarefa para cumprir essa missão e, em seguida, declarou uma Zona de Exclusão em torno das ilhas (COGGIOLA, 2014). Além disso, Carvalho (2018) explica que os britânicos contaram com a ajuda americana para, entre outras medidas, o uso da Ilha de Ascensão como base de apoio logístico à sua força-tarefa e auxílio no controle das linhas de comunicação marítima. A campanha britânica conseguiu sufocar as tropas argentinas sediadas na ilha, o que, mais tarde, provocou a rendição dos latinos.

Maia (2019), resumidamente, explicita que a guerra resultou em 890 mortos (635 argentinos e 255 britânicos), 104 aeronaves abatidas (69 argentinos e 35 britânicos) e 17 navios naufragados (9 argentinos e 8 britânicos) e com as Ilhas Falklands (Malvinas) permanecendo como território ultramarino do Reino Unido.

A ARGENTINA

Na questão das Ilhas Falklands (Malvinas), a Argentina mantém o discurso do seu direito de posse, porém nem sempre a reivindicação por essas ilhas teve a mesma relevância para o governo argentino como se tem atualmente, sobretudo pela importância que o Reino Unido tinha na geopolítica mundial até o início da década de 1940. Com o romper da Segunda Guerra Mundial, esse Estado europeu passou a perder prestígio no cenário internacional, e, conseqüentemente, a Argentina mudou a sua abordagem quanto à questão dessas ilhas (DUARTE, 2021), de tal modo que, segundo Phillips (2014), apesar de os britânicos terem proposto algumas vezes a mediação da Corte Internacional de Justiça para o caso, com a institucionalização

da ONU, os argentinos declinaram das ofertas, alegando que esse tribunal não possuía tal competência, tendo a ONU, em 1964, buscando evitar uma escalada de crise, baixado uma resolução a fim de que Buenos Aires e Londres chegassem a um consenso.

Em 1982, numa tentativa de abrandar os problemas políticos, econômicos e sociais, principalmente pela manutenção dos militares no poder, o regime autoritário do General Leopoldo Galtieri conduziu o país a uma guerra (DUARTE, 2021). Analisando o perfil dos governantes argentinos da época, a interpretação de Proença Jr, Diniz e Raza (1999) para o desperdício de vidas provocado por uma guerra ajusta-se perfeitamente ao comportamento dos dirigentes argentinos de 1982:

...um oficialato estúpido, insensível e desumano, resistente a alternativas estratégicas e táticas diferentes das com que havia se habituado, recusou-se a abrir mão do poder de conduzir monopolisticamente a guerra, não hesitando em sacrificar inutilmente milhões de homens em uma busca vã por uma vitória impossível. [...] era um desperdício deliberado de vidas, sem qualquer outro propósito que não o da manutenção do prestígio e poder dos altos comandos.

Sob a perspectiva de Vidigal (2002), o governo militar argentino se utilizava de maneira equivocada da política externa, como o seu envolvimento no conflito interno na Nicarágua e a disputa do Canal de Beagle contra o Chile, para alavancar suas pretensões internas. Os aspectos da ação do governo argentino contra o território ultramarino britânico evidenciam o conceito de Duroselle (2000), de que “não existe nenhum ato

político exterior que não tenha um aspecto de política interna” e que aquele sofre influência do relacionamento entre militares e diplomatas. Resumidamente, Mahan – sob a leitura de Almeida (2015) – afirma que “assuntos políticos deveriam ser tratados por políticos e não por militares”, porém a política externa também é uma obrigação dos militares, uma clara definição de tarefas que poderia ter sido seguida pelos argentinos.

A guerra não declarada da Argentina contra o Reino Unido, com desfecho favorável a Londres, permitiu também um resultado benéfico à população argentina: o retorno à democracia (BRITANNICA, 2021).

Mesmo com a derrota, foi mantida a esperança argentina de reaver a posse das Ilhas Falklands (Malvinas), de tal maneira que, na sua Carta Constituinte, nas Disposições Transitórias, consta:

A guerra não declarada da Argentina contra o Reino Unido, com desfecho favorável a Londres, permitiu também um resultado benéfico à população argentina: o retorno à democracia

Primeira: A Nação Argentina ratifica sua legítima e imprescritível soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e insulares correspondentes, por ser parte integrante do território nacional.

A recuperação desses territórios e o exercício pleno da soberania, respeitando o modo de vida de seus habitantes, e conforme os princípios do

direito internacional, constituem um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino.

(ARGENTINA, 1994, tradução da Redação)

Duarte (2021) afirma que os governos argentinos, após o conflito de 1982, buscaram de várias maneiras retomar as negociações do período anterior ao da guerra. Exemplo dessa abordagem pode ser claramente observado no governo dos três últimos presidentes: Cristina Kirchner

(2007 a 2015), Mauricio Macri (2015 a 2019) e Alberto Fernández (atual). Camargo (2020) coaduna com essa afirmativa ao relatar que, durante o Governo Kirchner, foi adotada a tática de sensibilizar os demais atores a favor do pleito territorialista argentino, em detrimento do direi-

to de posse do Reino Unido, fazendo-se uso de uma limitada integração regional – sobretudo com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) –, ações na ONU e de um *soft power*³ como ato político entre estados para coagir o Reino Unido a uma negociação a favor da Argentina. Mas Kirchner chegou ao final do seu governo sem obter sucesso. Já na administração de Macri, buscou-se modificar a forma de como as tratativas se encontravam, tentando se aproximar dos britânicos sem o discurso de posse das ilhas, com um tom

3 Termo primeiramente empregado por Joseph Nye, para indicar “a capacidade de determinar preferências [...], como cultura, ideologia e instituições, e tem tendência a provocar um comportamento cooptativo, ou seja, a levar os outros a desejar o mesmo que nós próprios” (DICIONÁRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2005).

mais conciliador e capitalista, envidando esforços para uma exploração conjunta do arquipélago. Apesar de não obter grandes resultados na questão territorial, conseguiu mais acesso aos recursos do arquipélago que no governo anterior.

Quanto ao atual presidente, Alberto Fernández, este iniciou o seu governo com um discurso que resgata o ativismo dos Kirchner:

Reafirmamos nosso mais firme compromisso com o cumprimento da Cláusula Transitória Primeira da Constituição Nacional e trabalharemos incansavelmente para potencializar a legítima reivindicação pela soberania sobre as ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul e pelos espaços marítimos e insulares correspondentes”, [...] “Trabalharemos por uma resolução pacífica e sobre a base do diálogo. Não há mais lugar para colonialismos no século 21. (VALOR ECONÔMICO, 2019).

Recentemente, Alberto Fernández tornou a reivindicar a soberania sobre as ilhas (AGÊNCIA EFE, 2021), o que leva a considerar, tomando como referência a atual situação da Argentina, uma possível reprodução do período imediatamente anterior ao da guerra do início da década de 1980. Numa rápida análise sobre alguns aspectos internos da Argentina, que possivelmente serviram como parâmetros na escalada de decisões do governo em 1982, na tentativa de ludibriar os anseios da população os unindo em defesa da pátria e sob o imbróglio da invasão das Ilhas Falklands (Malvinas) (VIDIGAL, 2002), pode-se utilizar o índice do Produto Interno Bruto PIB (referência, inclusive, do perfil das condições de vida da população), que era negativo, e o baixo índice de popularidade do fraco Governo Galtieri.

Do mesmo modo, guardadas as diferenças temporais, o atual governo tem mantido o PIB num patamar negativo, porém ainda pior, como demonstrado no gráfico abaixo:

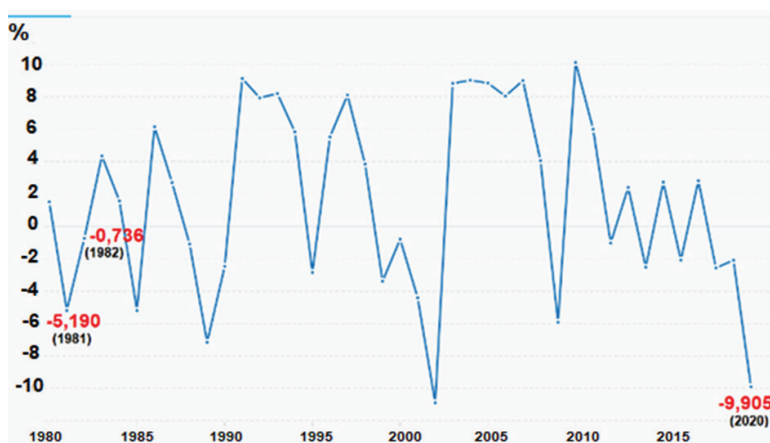


Figura 1 – Crescimento do PIB (% anual) – Argentina
Fonte: Adaptado de World Bank (2021)

Já quanto à popularidade, Alberto Fernández caiu, em intervalo de um ano, de 67% para 26%, e o índice de desaprovação chegou aos 72%. Entre os fatores que desabonam o seu governo, estão a má gestão econômica e o modo como tem enfrentado a pandemia: as mortes por Covid-19 continuaram aumentando e o isolamento social fez crescer o desemprego (COSTA, 2021). A escalada se repete.

Na sua Directiva de Política de Defesa Nacional, os argentinos não demonstram a intenção de um novo conflito armado, afirmando, inclusive, o compromisso em desenvolver a paz e a segurança internacional, mas reiteram o interesse sobre as Ilhas Falklands (Malvinas), considerando este território como objetivo nacional (Decreto nº 703, 2018):

A República Argentina mantém sua reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e seus espaços marítimos e insulares. A recente melhora na relação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

contribui para a conquista deste objetivo nacional irrenunciável, já que favorece um espaço de oportunidade para incrementar a cooperação bilateral e promove o interesse nacional de preservar e explorar os recursos naturais ali existentes. (Tradução da Redação)

Apesar do discurso do trato diplomático na questão, o recente incremento da participação chinesa (OLIVEIRA, 2021) e da Rússia (G1, 2018) nos negócios de Buenos Aires leva a inferir a possibilidade de uma nova fase belicista, pois há oferta de material militar pelos chineses (PODER AÉREO, 2021) e pelos russos (BETTOLLI, 2021), mesmo que empregada como força de dissuasão, o que pode provocar uma corrida armamentista no Cone Sul.

A oferta de toda sorte de material militar aos argentinos a custos bilionários não condiz com a sua situação econômica, muito menos com o investimento do país em defesa, como demonstra o gráfico seguinte, restando questionar a que acordos a Argentina se sujeitará, principalmente com a China, para aumentar o seu poderio militar:

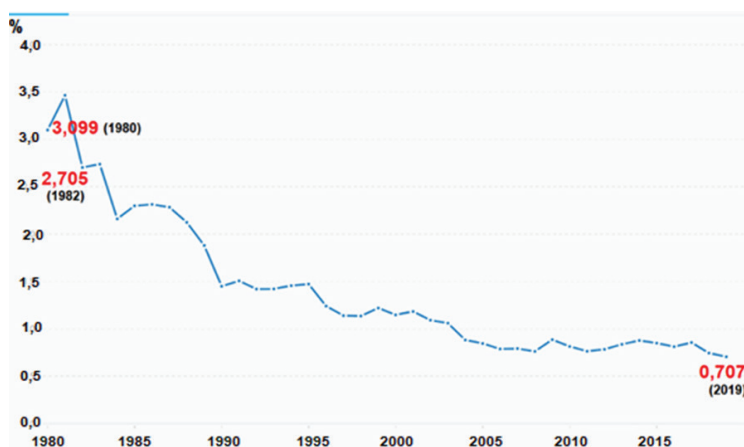


Figura 2 – Despesa militar (% PIB) – Argentina

Fonte: Adaptado de World Bank (2021)

O REINO UNIDO

O Reino Unido – composto por Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte – se manteve, desde o século XVIII até a primeira metade do século XX, como a maior potência marítima mundial, superada após a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos (CAMINHA, 1980). Proclamado precursor da Revolução Industrial, o Reino Unido tinha a necessidade de controlar as rotas marítimas para escoar seus produtos e, como caminho alternativo ao Oriente e às Índias – caso não fosse possível utilizar a rota africana –, a derrota via Ilhas Falklands (Malvinas) seria a melhor opção, levando, pela sua importância, os britânicos a conquistar essas ilhas em 1833 (CARVALHO, 2018). Dessa forma, Almeida (2015) menciona a reflexão de Richmond de que “as bases, possessões e colônias constituem elementos fundamentais para o poder marítimo”, o que, desde longas datas, é de grande importância no pensamento da geopolítica britânica.

No início da década da 1980, foram iniciadas medidas de contenção de gastos pelo governo britânico e, com isso, a redução do material de defesa. Esse programa, previa, inclusive, o descomissionamento de porta-aviões, como o HMS *Invisible* (Phillips, 2014). Ainda assim, segundo Carvalho (2018), mesmo com a redução dos seus meios navais como resultado da crise financeira, a frota naval ainda se manteria como a “terceira do globo”. Após o ataque argentino ao território ultramarino britânico, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher resolve enviar uma força-tarefa (Task Force 317) em defesa da soberania britânica

sobre as ilhas (MAIA, 2018) e vence a guerra. Vidigal (2002), citando a avaliação do historiador Nigel West sobre a guerra de 1982, evidencia que, “se a Argentina tivesse esperado até outubro ou novembro para iniciar a ocupação, a Grã-Bretanha não teria como reagir”, pois já teria reduzido a sua frota naval em cumprimento ao plano de contingência de gastos. Em 2013, foi realizado um plebiscito nas Ilhas Falklands (Malvinas) para que os *kelpers*⁴ decidissem se elas permaneceriam sob domínio britânico, o que foi aprovado. Apesar disso, os argentinos afirmam que o princípio da



Figura 3 – Deslocamento da Task Force 317
Fonte: Coggiola (2014)

4 Denominação dada aos habitantes das Ilhas Falklands (Malvinas) (CARVALHO, 2018).

autodeterminação dos povos⁵ não se aplica a essa questão, pois esse conjunto de indivíduos se estabeleceu nas ilhas após a expulsão dos argentinos que já as ocupavam (VALÉRIO; HENTZ, 2013).

Após o fatídico episódio da Guerra das Ilhas Falklands (Malvinas), o Reino Unido tomou uma série de medidas para mitigar a possível reação da Argentina. Entre elas, de acordo com Phillips (2014):

O governo britânico instituiu uma política conhecida como “Fortificação das Malvinas”, aumentando drasticamente a presença militar nas ilhas. Um porta-aviões foi mantido no local para fornecer cobertura aérea [...], e o parlamento britânico aprovou o Ato da Nacionalidade Britânica (Ilhas Falklands), o qual entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1983. Este garantia a total cidadania aos habitantes das ilhas.

Ademais, Duarte (2021) relata que os britânicos impuseram aos argentinos um atraso tecnológico de maneira a impedir o desenvolvimento da sua indústria de defesa e o embargo de acesso ao mercado de material militar, inclusive com anuência de outros países europeus, por considerarem os argentinos como uma contínua ameaça às ilhas.

Uma medida britânica que está causando desconforto aos argentinos é o vultoso

investimento do governo dos *kelpers* em infraestrutura. A intenção seria criar uma alternativa de ponto de apoio para acesso ao continente antártico, reduzindo a necessidade de uso das instalações argentinas e chilenas como via para esse continente (HERNANDEZ, 2021).

Analisando o documento *The Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy* (2021), o qual, além de declarar a importância da diplomacia e do multilateralismo, elenca as prioridades do Reino Unido a respeito da sua política externa até o ano de 2030, é perceptível que serão direcionados maiores esforços para a região do Indo-Pacífico,

principalmente por ser a China um grande desafio da geopolítica e a Rússia a maior ameaça do Reino Unido, sem diminuir a relevância que a região Euro-Atlântica possui para o país.

Sobre a América Latina, o texto tem a seguinte afirmativa:

Continuaremos a defender a soberania

do Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e garantir que os interesses das 3.500 pessoas que lá vivem sejam protegidos de acordo com o princípio da autodeterminação [...]. As Forças Armadas também manterão uma presença permanente nas Ilhas Malvinas, na Ilha de Ascensão e no Território Britânico do Oceano Índico (tradução nossa).

Os britânicos impuseram aos argentinos um atraso tecnológico para impedir o desenvolvimento da sua indústria de defesa e o embargo de acesso ao mercado de material militar, com anuência de outros países europeus

5 “O princípio da autodeterminação dos povos confere aos povos o direito de seu autogoverno e aos Estados o direito de defesa de sua existência e de sua associação a outros Estados” (HEPP, 2005).

Albuquerque (2017) considera que “a importância estratégica” dada às possessões britânicas no Atlântico Sul, entre elas as ilhas Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e Falklands (Malvinas), justifica o emprego permanente de militares nesses territórios.

Para a execução desse planejamento, no final do ano de 2020, o atual primeiro-ministro, Boris Johnson⁶, anunciou um grande investimento em defesa, cerca de 16,5 bilhões de libras, para os próximos quatro anos, principalmente como medida para o “fortalecimento da influência britânica no mundo” (O GLOBO, 2020), o que corrobora a afirmativa de Duarte (2021) de que os britânicos não estariam interessados em chegar com os argentinos a uma solução para a questão das Ilhas Falklands (Malvinas). Em complemento, pode-se considerar a explicação de Escudé (ESCUDE, *in* SANTOS, E., 2016), cientista político argentino, pela não concordância do Reino Unido em atender o pleito da Argentina:

[...] Para estes (anglo-saxões), precursores da filosofia liberal, a soberania não é um fim em si mesma, mas meio de afiançar e proteger as aspirações individuais; já para a maioria dos argentinos, é percebida como um direito forjado na doutrina do *uti possidetis juris* de 1810 e, em alguns casos, magnificado pelo suposto trauma do desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Além das Ilhas Falklands (Malvinas), os britânicos possuem os seguintes territórios ultramarinos: Akrotiri e Dhekelia (territórios ultramarinos do Reino Unido em Chipre), Anguilla, Bermudas, Território Britânico do Oceano Índico, Ilhas Virgens Britânicas (território interno autogovernado do Reino Unido), Ilhas

Cayman, Ilhas Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich do Sul (ambas também reivindicadas pela Argentina), Gibraltar (território ultramarino do Reino Unido, reivindicado pela Espanha), Guernsey e Jersey (Ilha do Canal), Ilha do Homem, Montserrat, Ilhas Pitcairn, Santa Helena, e Ilhas Turks e Caicos (NATIONS ONLINE, 2021).

OUTROS ATORES

A geopolítica no Atlântico Sul é marcada por uma paz relativa e pelo baixo investimento em defesa. Isso faz com que atores de maior expressão, como os Estados Unidos e a China, se façam presentes e tenham grande relevância nas decisões políticas e econômicas na região (LIMA, 2017). Na questão das Ilhas Falklands (Malvinas), os principais países que tiveram ou ainda têm influência nessa disputa são: Brasil, Estados Unidos, Rússia (ex-União Soviética) e, atualmente, a China.

Brasil

De acordo com o Itamaraty, na cronologia das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, entre outros lançamentos, há o seguinte registro sobre o episódio de 1982: “O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reconhece a soberania argentina sobre as ilhas” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021). Mas, na realidade, a participação brasileira nessa guerra foi bem mais que um mero estado de neutralidade. Santos, R. (2018) afirma que, na prática, o Brasil e os demais países sul-americanos eram favoráveis ao pleito argentino, com a exceção do Chile, que ainda estava em tratativas na questão do Canal de Beagle com a Argentina. Ele relata:

6 N.R.: Foi primeiro-ministro do Reino Unido de 2019 a 2022.

[...] o Brasil havia cedido dois aviões de patrulha EBM-111 aos argentinos por US\$ 7 milhões cada. O fornecimento de material bélico brasileiro também envolveu operações secretas de cessão de aviões xavantes, foguetes balísticos ar-terra e tanques leves, fornecidos pela Cascavel ao longo da crise.

Em meados do ano de 2020, o Brasil perdeu para a China a posição de maior parceiro comercial da Argentina (CARTA CAPITAL, 2020), o que foi recuperado já em julho daquele ano (INDEC, 2021). Por essa forte relação econômica e pela proximidade geográfica, mesmo tendo hoje governo ideologicamente oposto ao da Argentina, seria muito difícil que o Brasil se aliasse ao Reino Unido contra o seu vizinho, sendo o mais coerente a manutenção da neutralidade no caso de um novo estado de beligerância entre esses outros dois atores.

Estados Unidos da América

Aos Estados Unidos, em plena Guerra Fria, interessavam manter a América do Sul como sendo uma de suas áreas de influência. Para Bandeira (2012), os estadunidenses eram temerosos quanto à possibilidade de a Argentina, mesmo sendo um país anticomunista, se aproximar do seu rival, a União Soviética. Ele complementa com a informação de que Washington negociara, entre 1978 e 1982, a venda de armamentos aos argentinos, e, talvez por isso e pela colaboração argentina na campanha da América Central, ao eclodir o conflito, Buenos Aires considerou que a sua “proximidade” com os americanos forçasse Londres a ficar apenas no plano diplomático.

É importante destacar que no período da Guerra das Ilhas Falklands (Malvinas) vigorava o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar)⁷, considerado, em tese, “como instrumento militar de ajuda coletiva em caso de agressão externa a qualquer um dos signatários”, e os argentinos também se valiam disso para mitigar uma ação militar britânica, mas o que eles olvidaram foi o grau de importância dado pelos americanos ao seu mais fiel aliado e membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), o Reino Unido, tendo os estadunidenses escolhido prestar “total apoio à Grã-Bretanha, permitindo que sua antiga colônia usasse seus mísseis ar-ar, equipamentos de comunicação, combustível de aviação, bem como cooperação com a inteligência militar” (BRITANNICA, 2021, tradução nossa). A consequência dessa “traição” ao Tiar foi, segundo Valério (2017), a aproximação da então anticomunista Argentina com a União Soviética e seus aliados. Recentemente, foi publicado um editorial levantando a questão de que os americanos possuem um histórico de abandonar seus aliados, fazendo referência à saída dos Estados Unidos do Afeganistão, sugerindo que o próximo país a ser “abandonado” poderia ser Taiwan (GLOBAL TIMES, 2021).

Já há certo Tempo, os EUA tentam recuperar a confiança dos argentinos, como no ano de 2019, quando os americanos apoiaram a candidatura argentina na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019). Naquele ano, o conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, visitou Buenos Aires, a fim de firmar acordos de cooperação em diversas áreas, principalmente segurança, numa tentativa de frear o avanço chinês e russo na Argentina (ESPINA, 2021).

7 Assinado na Conferência do Rio de Janeiro, em 1947 (VISENTINI, 2012).

O que se pode inferir é que os argentinos erraram ao acreditar que o Tiar seria cumprido pelos americanos no caso do envolvimento de um aliado seu, e que, hoje, para aqueles, os EUA não transmitem muita segurança quanto ao cumprimento de acordos.

União Soviética (Rússia)

Na época da guerra de 1982, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas já tinha o Reino Unido como “inimigo”, principalmente por este país ser um aliado americano e fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte, o que pode ter contribuído para que os soviéticos ajudassem os argentinos, como mencionado anteriormente. Nicholson (2019), citando o escritor Brilev, relata que a União Soviética, hoje representada pela Rússia, na época da guerra, pode ter prestado apoio à Argentina direcionando satélites para a área das Ilhas Falklands (Malvinas) e fornecendo dados de interesse. Ela cita também o comentário do jornalista Haplin, que disse: “a Argentina foi um dos únicos países que ignorou um embargo às exportações de alimentos, essenciais para a economia soviética após a invasão do Afeganistão por Moscou em 1979”, o que também pode justificar o apoio soviético.

Segundo Duarte (2021), a Argentina e a União Soviética, em 1986, chegaram a firmar acordos que permitiam aos soviéticos desenvolver atividade pesqueira em torno das ilhas em questão. Hoje, segundo Galanti (2021), a Rússia negocia toda sorte de armamento com a Argentina, inclusive o caça de 4ª (4++) geração MiG-35. Além disso, Galgane (2021) afirma que, no final de 2020, os russos teriam acordado com os argentinos a implantação de “bases de recepção de sinais de satélite no território argentino”, o que demonstra o

estritamento de laços entre os dois países. Com os britânicos, os russos mantêm uma relação duvidosa e cheia de percalços, como no episódio recente em que russos deram tiros de advertência sobre os vasos de guerras britânicos que navegavam em águas territoriais russas, nas proximidades da Crimeia (CORREIO BRASILIENSE, 2021), dificultando ainda mais qualquer negociação quando o assunto é disputa por área de influência.

Um Novo Ator

A China, país emergente, segunda maior economia do mundo e que tem feito uso de vários artifícios para aumentar a sua área de influência, surge como um novo ator no conflito entre argentinos e britânicos. Geromel (2019), de maneira acertada, explica a importância de compreendermos a ascensão chinesa:

Os Estados Unidos reinaram de maneira hegemônica como a superpotência mundial após a Segunda Guerra Mundial. O mundo entendeu e comprou o sonho norte-americano. Com o aumento exponencial do poder e a subsequente influência da China no mundo, é primordial entendermos o sonho chinês e como a China pensa e interage com o mundo.

Para Calvo (2015, tradução nossa), o “desejo da China por *commodities*, os extensos recursos naturais da Argentina e a proximidade com o continente antártico são os principais impulsionadores da expansão do comércio bilateral”. Para justificar a consecução dos seus planos, pode-se aplicar de maneira mais ampla o conceito de “espaço vital”. Na opinião de Galvão e Bezerril (2012), “o espaço vital era, para Ratzel, aquela fração de território necessária para o desenvolvimento social

e econômico de um povo”, o que se pode adaptar à realidade chinesa na busca por recursos em qualquer parte do mundo, a fim de suprir as suas necessidades.

Uma das ferramentas, segundo Bansal (2021), é a chamada diplomacia da “armadilha por dívida”, artifício usado pelos chineses para seduzir estados em desenvolvimento, emprestando vultosas somas de recursos financeiros, quase sempre impagáveis, e exigindo como garantia “ativos estratégicos”.

Outra ação da China em relação à Argentina é o apoio dado a este país quanto a sua reivindicação às Ilhas Falklands (Malvinas). Exemplo disso foi que, em 2011, um representante do governo chinês declarou o seu apoio ao pleito argentino e deu ênfase ao que considera similar com a pretensão da China na questão com Taiwan. Além disso, em soma aos interesses por recursos naturais em torno das Ilhas Falklands (Malvinas), estaria encontrando uma oportunidade de melhor explorar a Antártica.

Assim, criou-se uma atenção especial por parte do Reino Unido com as pretensões da China relacionadas ao Atlântico Sul, uma vez que Pequim pode prover Buenos Aires de recursos “econômicos, diplomáticos e militares”, estabelecendo um equilíbrio de poder na disputa pelas Ilhas Falklands (Malvinas) (CALVO, 2015). Para Holmes (2012), a guerra de 1982 serviu de estudo e de ensaio para uma possível retomada, pelos chineses, de Taiwan. Altieri (2015) já alertava dizendo (sobre o Atlântico Sul) que a “[...] China, poder emergente revisionista na zona mais dinâmica do mundo, mostra interesse na região e toma posições cautelosas” (tradução da Redação).

Em junho de 2021, a China tornou a demonstrar o seu apoio à Argentina na questão das Ilhas Falklands (Malvinas), que ocorreu durante reunião do Comitê

Especial de Descolonização das Nações Unidas. Na ocasião, o representante chinês também cobrou dos britânicos para que iniciem as conversações o mais breve possível (PORTUGUÊS-CRI, 2021). Tãmanha é a relação de Pequim com Buenos Aires que, em 2020, chegou a se tornar o principal parceiro comercial da Argentina, instalando até um observatório espacial na Patagônia. Por tudo isso, o Estado latino acabou por receber o apelido de “ArgenChina” (CARMO, 2020). Outra demonstração de parceria com a Argentina foi a oferta de caças JF-17 Thunder pela China, numa demonstração de força contra o embargo imposto pelos britânicos aos argentinos (UBIRATAN, 2021). Pelo que parece, em decisão recente do seu Congresso, os argentinos optaram pela oferta chinesa em detrimento de outros países, como a Rússia, em reservar no orçamento do próximo ano o valor de US\$ 664 milhões para a compra de caças JF-17 Thunder Block III (DUBOIS, 2021).

Outra questão a se considerar é a de que, por conta do relacionamento tenso entre chineses e britânicos (principal aliado militar dos EUA) desde outrora – tanto quanto os russos –, os constantes atritos diplomáticos entre esses dois atores podem estar influenciando nas decisões de Pequim em apoiar Buenos Aires. Entre outras ocorrências, os chineses aumentam a repressão em Hong Kong e acusam os britânicos de serem colonialistas, e os britânicos acusam os chineses de genocídio ao povo uigur (BICKERTON, 2021). Para aumentar as tensões, num exercício militar ocorrido no início deste ano no Mar do Sul da China – uma área reclamada pela China como sendo parte de sua costa litorânea –, os britânicos fizeram uma demonstração de força ao navegar por essas águas com seu mais poderoso porta-aviões já construído, o HMS *Queen Elizabeth* (GIELOW, 2021).

O que se pode verificar é que, a depender da conveniência, as relações entre os diversos atores citados acima podem surpreender até os mais céticos, o que reforça a frase atribuída ao secretário de Estado dos EUA do governo do Presidente Dwight Eisenhower, John Foster Dulles, que dizia: “um país não tem amigos, tem interesses” (PEREIRA, 2019).

ALGUMAS OPINIÕES SOBRE O TEMA

Mesmo após passados quase 40 anos do conflito, é possível observar que a problemática envolvendo os argentinos e os britânicos ainda faz parte da atenção da mídia mundial e de estudiosos.

Para Altieri (2020), é ilegítimo o direito de posse das ilhas pelo Reino Unido. Complementa afirmando o que considera como “enclave geopolítico” no Atlântico Sul, pelo fato de os britânicos manterem uma estrutura militar bem próxima do litoral argentino, que, segundo ela, além de uma ameaça, serve como posição estratégica de projeção britânica para a América do Sul e a Antártica.

Uma opinião de grande relevância sobre o tema é a do jornalista Garcia⁸ (Entrevista 1, informação verbal), pois, além de outras atividades, realizou a cobertura jornalística da guerra de 1982. Ele declarou que, na época do conflito, muitos estrangeiros consideravam “a guerra como uma aventura do governo militar argentino”, citando o momento em que o secretário de Estado dos Estados Unidos tenta convencer o General Galtieri a se retirar das ilhas, dizendo na

entrevista: “He's a drunk”⁹. Quando perguntado sobre a similaridade do cenário político e econômico argentino de pouco antes da guerra com o atual, afirmou que a conjuntura vigente é bem pior e, a respeito de uma possibilidade de um novo conflito, que considera pouco provável, pois é mais possível que haja um conflito interno e que as Forças Armadas, com reduzida capacidade de combate, “não aceitariam nova aventura”.

Outro grande estudioso sobre o tema abordado é Mattos¹⁰, oficial da Marinha do Brasil (Entrevista 2, informação verbal). A ele foi questionado sobre a pretensão argentina de aumento da sua plataforma continental, abrangendo, entre outros territórios, os das Ilhas Falklands (Malvinas). Mattos respondeu que não seria possível nesse momento, pois a Comissão dos Limites da Plataforma Continental não discute territórios sob contestação. Quando perguntado sobre um possível cenário de bloqueio do Canal do Panamá, ele concorda que aquele que tiver a posse das ilhas terá grande influência no controle da melhor alternativa de passagem na confluência bioceânica do Atlântico com o Pacífico, que é o Estreito de Drake.

Os entrevistados também foram questionados a respeito de um apoio militar de Pequim a uma nova tentativa argentina de retomada das Ilhas Falklands (Malvinas). O entrevistado 1 afirma não ser provável, pois a China está buscando atender às necessidades de seu povo, até então, de maneira pacífica. Já o entrevistado 2, apesar de considerar “cedo” para essa suposição, traz na sua análise uma pequena chance de que isso ocorra.

8 Entrevista concedida por GARCIA, Alexandre E. Entrevista 1. [jul. 2021]. Entrevistador: Marcelo Barbosa de Andrade. Brasília, 2021.

9 Ele é um bêbado (tradução nossa).

10 Entrevista concedida por MATTOS, Leonardo F. Entrevista 2. [jul. 2021]. Entrevistador: Marcelo Barbosa de Andrade. Brasília, 2021.

A respeito do princípio de autodeterminação dos povos aplicado aos viventes das ilhas, Roque (2015) argumenta que a “disputa é mais política do que jurídica” e dá razão aos princípios do Direito Internacional, que garante aos ilhéus a prerrogativa sobre as ilhas:

Desde 1833 os ingleses tomaram conta daquelas ilhas. São quase 200 anos que eles têm aquilo na mão, portanto adquiriram direitos de *uti possidetis*¹¹, que seria um tipo de usucapião. Os ingleses ficaram, então, donos da ilha.

Alencastro (2019) já citava que uma das consequências da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) seria o acirramento da questão das Ilhas Falklands (Malvinas), inclusive, com a afirmação do então candidato à presidência argentina, Alberto Fernández, de que iria propor a revisão do Tratado de Madri e a declaração de sua intenção de novamente pleitear a soberania dessas ilhas, o que realmente aconteceu. No final de 2020, com a formalização do Brexit e a consequente desvinculação das ilhas dos acordos com a União Europeia, o governo argentino considerou que os britânicos perderam força na defesa pela manutenção da soberania das Ilhas Falklands (Malvinas) (MCGRATH, 2020), entretanto Mattos (informação verbal) relembra que o Reino Unido está deixando a União Europeia, mas ainda continuará como membro da Otan.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

A solução para essa longeva disputa, ao que tudo indica, vai depender de diversos fatores, inclusive de uma possível recon-

figuração da geopolítica mundial. Como proposições, podem-se conjecturar quatro possíveis cenários para o fim dessa contenda: a independência das Ilhas Falklands (Malvinas); a recuperação das ilhas pelos argentinos; a manutenção da soberania britânica sobre as ilhas; e a exploração conjunta dessas ilhas pela Argentina e pelo Reino Unido.

Segundo Valério (2017), a ONU tem tentado, desde a década de 1960, apresentar propostas de solução para o tema, como a Resolução 1.514 (dez/1960), que reza sobre a “Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais”, e a Resolução 2.065 (dez/1965), que trata da “Questão das Ilhas Falklands (Malvinas)”. A primeira sugere a independência das ilhas, e a segunda, a cessão da soberania à Argentina. Ele ainda enfatiza que, “a cada nova resolução, fica ainda mais evidente que a Assembleia Geral da ONU se torna parcial, apoiando a Argentina contra o Reino Unido pela disputa das Ilhas Malvinas”, como na aprovação, em 2016, pela Comissão de Limites da Plataforma Continental, que foi favorável ao pleito argentino e concedeu o aumento da Plataforma Continental do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DO MAR, 2016).

Em 2013 o Reino Unido constituiu um referendo para que os ilhéus optassem por permanecer sob domínio britânico ou não. O instrumento democrático demonstrou a quase unanimidade dos habitantes das Ilhas Falklands (Malvinas) em permanecer como território ultramarino britânico, algo que não obteve o reconhecimento dos argentinos por considerarem que “foi um referendo organizado pelos ingleses para os ingleses” (ERLICH, 2021). Para Coggiola (2014), o referendo foi legítimo,

11 “Fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, direito este fundado na ocupação efetiva e prolongada e independentemente de qualquer outro título” (VADE MECUM BRASIL, 2021).

pois “a argumentação inglesa é que eles têm direito à autodeterminação por serem uma população assentada há mais de um século, e que foram vítimas de uma ocupação militar em 1982”. Ele complementa dizendo que, em 2012, a diplomata argentina Alicia Castro declarou que “[...] a Argentina está disposta a modificar a Constituição Nacional para chegar a um acordo aceitável para a Inglaterra sobre as Malvinas”. Já para Prola (2013), o referendo serviu como instrumento para dar legitimidade à soberania britânica sobre as ilhas, respeitando, é claro, o direito à autodeterminação pelos ilhéus.

Acerca da possibilidade do compartilhamento da soberania das ilhas, já foi proposta em diversas ocasiões por ambos os países. Segundo Coggiola (2012), o órgão britânico responsável pelas relações exteriores – Foreign Office –, em 1940, formulou uma declaração denominada Proposed Offer by His Majesty’s Government to reunite Falkland Islands with Argentina and Acceptance of Lease, em que cogitava a possibilidade de compartilhar a soberania das ilhas.

Em 1974, o Reino Unido tornou a propor à Argentina o compartilhamento das ilhas:

A proposta previa que as duas bandeiras fossem hasteadas nas ilhas, mais o reconhecimento do espanhol e do inglês como línguas oficiais, como uma forma imediata de resolver a disputa. O governador da ilha seria designado pelos dois países alternadamente.

Isso talvez não tenha ocorrido pelo falecimento do Presidente Juan Domingo Perón algumas semanas depois (O GLOBO, 2012).

Em 1997, a combatida Argentina, agora tentando por meio da diplomacia, também buscou pela oferta da soberania compartilha-

da, tendo como resposta do então ministro da Defesa do Reino Unido que “a soberania não se negocia, não se dá e nem se compartilha” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997).

Para melhor valorar o que poderia realmente envolver essa disputa pelas Ilhas Falklands (Malvinas), Perez (2020) considera necessário observar dois pontos que se destacam nessas ilhas: “os aspectos econômicos (baseados nos recursos naturais) e a projeção das ilhas para o continente antártico”, onde essa projeção dá acesso às fontes de “recursos renováveis, recursos não renováveis e uma imensa reserva de água doce”. Além disso, ele menciona a questão do controle da região bioceânica entre o Atlântico e o Pacífico.

Alguns pesquisadores em geopolítica compartilham do mesmo pressuposto de Cabral (2018) de que a próxima guerra mundial pode ser causada pela escassez de recursos naturais, o que Junior (2019) define como sendo:

emprego da força por grupos políticos para a resolução de um conflito causado pela busca da conquista ou manutenção de recursos naturais e energéticos e decorrentes da escassez ou valor econômico ou estratégico desses bens.

Ele conclui afirmando que tais recursos têm o potencial de se transformar em “recursos estratégicos”, dependendo da relevância que podem ter para um determinado país.

Apesar dessas possíveis soluções apresentadas, CARVALHO (2016) é da opinião de que “a questão se encontra sem solução definitiva em curto prazo”.

CONCLUSÃO

O evento anglo-argentino ocorrido em 1982 é um bom exemplo do uso de um conflito armado como objeto político de ganho

de popularidade por meio de um objetivo comum, mesmo que efêmero, convencendo o povo, unido e pelo patriotismo, da necessidade de um conflito armado contra um inimigo em comum. Os erros argentinos na sua estratégia de invasão (ataque) tiveram sua maior representatividade ao considerar que o Reino Unido não despenderia tempo e recursos militares para recuperar a posse de tão distantes ilhas. Outro aspecto foi o do desencadeamento da participação de atores secundários, como os Estados Unidos, a União Soviética e o Brasil, durante o conflito.

Alguns casos de disputa territorial existentes ainda hoje, inclusive na América do Sul, contribuem para que países como a China tentem ter influência na região. Além disso, Pequim demonstra outros interesses no Atlântico Sul, o que acirra suas questões com os EUA, que, por sua vez, por mais que queiram manter o Cone Sul como sua área de influência, incorrem na prática de priorizar os países componentes da Organização do Tratado do Atlântico Norte como seus maiores aliados. Já para o Brasil, é interessante uma Argentina estável capaz de honrar com os seus compromissos comerciais e um Atlântico Sul livre de conflitos belicosos.

Com isso, das possíveis soluções dessa contenda entre britânicos e argentinos, a que se ilustra como mais provável é a de que as Ilhas Falklands (Malvinas) permaneçam sob o domínio britânico. O que se verifica como uma indicação para estudo futuro é a possibilidade de a Argentina se comportar como a China em relação a Taiwan, principalmente pela possibilidade de uma nova invasão nas Ilhas Falklands (Malvinas) financiada pelos chineses, o que serviria como ensaio para a China no cumprimento da sua promessa de retomada de Taiwan. Também, dentro das pretensões argentinas, há o desejo de incorporar as Ilhas Falklands (Malvinas) ao território argentino numa tentativa de legitimar um pleito pela possível anexação do pouco explorado continente antártico, considerando-o como prolongamento da sua Plataforma Continental.

Ambos os países encenam justificativas para os seus pleitos. Londres quer transmitir a imagem de que defende os interesses dos ilhéus, e Buenos Aires a de que luta contra o suposto colonialismo britânico. Na realidade, tanto um como o outro buscam a soberania em um território que, além da importância geoestratégica, é rico em recursos naturais e de acesso à Antártica, o que responde ao objetivo geral deste artigo.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Ilhas Malvinas/Falklands;

<GUERRAS>; Guerra das Malvinas/Falklands;

REFERÊNCIAS

Devido à extensão da lista de Referências Bibliográficas, os interessados em obtê-la devem entrar em contato pelo *e-mail*: m.andrade@marinha.mil.br.